



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS APROVADO (A)

Em 09/07/2019  
Claudio Mir do Amaral  
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 009/2019

M/Amenda

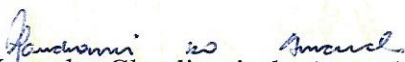
*Revoga em seu inteiro teor a Lei Complementar N.º 020/2007, de 13 de agosto de 2007.*

A Câmara Municipal de Tocantins, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

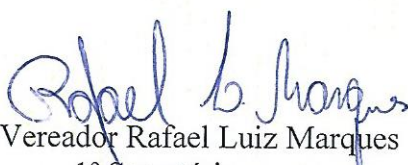
**Art. 1º.** Fica revogada a Lei Complementar N.º 020/2007, de 13 de agosto de 2007, que trata da Criação de Cargos na Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Tocantins e contém outras providências.

**Art. 2º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Dr. Manoel Cataldo da Câmara Municipal de Tocantins, em 11 de junho de 2019.

  
Vereador Claudiomir do Amaral  
Presidente

  
Vereador Angelo Rodrigues Vicente  
Vice Presidente

  
Vereador Rafael Luiz Marques  
1º Secretário

  
Vereador Cleber da Silva Lopes  
2º Secretário



Av. Padre Macário, 290 - CEP 36512-000 camara@cmtocantins.mg.gov.br TEL.: (32) 3574-1098 - (32) 3574-1813 - Tocantins - MG





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e

d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

### 3. Conclusão

Esta Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade, considerando a inconstitucionalidade da legislação do Município;

Considerando, outrossim, que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, sendo que para tanto é seu dever constitucional o combate às leis e atos normativos inconstitucionais, consoante se extrai do art. 129, IV, da Constituição da República/88; art. 120, IV, da Constituição do Estado de Minas Gerais; art. 25, I, da Lei Federal n.º 8.625/93 e, ainda, dos artigos 66, I e 69, II, da Lei Complementar estadual n.º 34/94;

Considerando, também, a possibilidade do autocontrole da constitucionalidade pelo próprio Poder Legislativo, na sua condição de canal legítimo para a adequação do sistema infraconstitucional aos ditames constitucionais;

Considerando, por fim, que a recomendação é um dos mais úteis instrumentos de atuação do Ministério Público, nos termos do art. 27, I, parágrafo único, e IV da Lei Federal n.º 8.625/93;

RECOMENDA a Vossa Excelência a adoção de medidas tendentes à revogação dos cargos em comissão de Secretária e Assessor Jurídico, previstos na Lei Complementar n.º 0020/2007, do Município de Tocantins, procedendo-se, igualmente, com a revogação dos dispositivos pertinentes aos mesmos.